TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA

PROCESSO Nº 2021.0.000002171-1

2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA / 2021

ATA DE REUNIÃO

Data	23/02/2021
Início	15:00
Fim	17:00

1. Participantes (em videoconferência, através de aplicativo via internet)

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria-Geral

Eneida Salazar de Moura	Gabinete da Presidência
Eline Iris Rabello Garcia da Silva	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
José Álvaro Manhães Wagner	Secretaria de Administração (em substituição)
Fabio Galerani Rodrigues Alves	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Paula Bass Lessa	Secretaria Judiciária (em substituição)
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
André dos Santos Sant'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Maurício da Silva Duarte	Coordenadoria de Comunicação Social

Convidados

Nome	Unidade
Alan de Freitas Rosetti	Secretaria de Gestão de Pessoas
Aldenir Acimen de Moraes	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas
André Luiz Trindade Rocha	Secretaria Judiciária
Coral Herculano Amim	Escola Judiciária Eleitoral
Diego Ferreira Guedes	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais

Elizabeth Silva Viana	Secretaria de Auditoria Interna
Jose Tarcísio de Oliveira Reis	Coordenador de Orçamento (em substituição)
Larissa de Matos Biajoli	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas
Luciana de Andrade Lima Hazin Lamego	Secretaria de Tecnologia da Informação
Márcia de Moraes Lopes	Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral
Marco Antônio Almeida Pinheiro dos Anjos	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
Maria Fernanda Magalhaes	Seção de Controle Orçamentário
Rita de Cassia de Carvalho e Silva Marques de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral
Rita de Cássia De Souza Brito	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
Soraya Previtali Morisson	Assessoria Especial do Gabinete da Presidência
Suzana Martins Ramos Pinto	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
Tatiana de Freitas Kagohara	Gabinete da Diretoria-Geral
Vivian de Sá Reis	Coordenadoria de Comunicação Social
Vivian Maria Nogueira Bacelar	Ouvidoria Eleitoral
Wagner de Brito Antunes	Seção de Controle Orçamentário

2. Pauta

1. Definição do orçamento necessário para 2021;
2. Definição do orçamento necessário para 2022;
3. Pendências não orçamentárias.

3. Descrição da reunião

A Diretora-Geral, Adriana Brandão, iniciou a reunião, passando a palavra à Coordenadora da CPLAN, Suzana Martins, que iniciou sua fala lembrando que esta segunda reunião trataria dos orçamentos das iniciativas estratégicas para 2021 e da elaboração da proposta orçamentária de 2022, além de algumas pendências dos projetos em curso no PDE.

Ressaltou a importância sobre o correto preenchimento do formulário de lançamento no SIGEPRO, em especial, a parte em que há necessidade de discriminar se a despesa agregada é entendida como estratégica ou não. Explicou que mesmo que o valor solicitado contribua, direta ou indiretamente, para algum Objetivo ou Indicador Estratégico, somente as despesas baseadas em alguma iniciativa presente no PDE devem ser indicadas como despesas estratégicas. Assim, se não houver vinculação explícita a algum projeto, não se deve marcar a opção no referido formulário. Seria importante também observar o que for ratificado pelo CGE, pois estas reuniões ocorrem justamente com o objetivo de alinhar o orçamento. Solicitou-se que essa orientação fosse também passada pelos integrantes do CGE aos coordenadores cujas unidades possuem orçamento individualizado.

A Diretora-Geral lembrou que seria importante que os patrocinadores reforçassem, junto aos gerentes de projetos estratégicos, a transversalidade destes, sem uma hierarquização excessiva que pudesse comprometer a fluidez e efetividade das ações, engessando a execução do projeto.

Na sequência, a coordenadora da CPLAN passou a palavra à chefe da Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas - SEDINE, Larissa Biajoli.

Orçamentos solicitados para 2021 / a solicitar para 2022 / pendências

Larissa apresentou os valores já solicitados, em 2020, para a execução dos projetos estratégicos em 2021, observando que, no caso do projeto VPN - Capital (R$ 611.438,38), o orçamento fora solicitado como despesa ordinária, conforme ajustado com a SOF, e que, portanto, o valor total para a execução seria de R$ 2.275.367,00. Sendo, R$ 800.000,00 para o projeto Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo do TRE-RJ, R$ 957.367,00 para o projeto Sistema de prevenção e combate a incêndio na

Sede do TRE-RJ, R$ 372.000,00 para o projeto Rede Privada Virtual – VPN (Interior) e R$ 146.000,00 para o projeto Reestruturação do projeto socioeducativo (total de R$ 2.886.805,38).

Iniciativa Estratégica: Reestruturação do Projeto Socioeducativo
Deliberação do CGE: Aprovada alteração do escopo do projeto e especificação do orçamento para 2021: R$ 20.160,00. Aprovado o orçamento de R$ 20.160,00 para 2022. Aprovada apresentação de nova ficha.
Observações relevantes: Larissa informou que, embora fora solicitado para 2021 o valor de R$ 146.000,00, por conta da persistência do cenário de pandemia, houve necessidade de alterar o escopo. Com isso, a solicitação foi ajustada para R$ 20.160,00 em 2021, restando portanto R$ 125.840,00 a serem remanejados para outras demandas. Para 2022, o valor necessário também seria o mesmo (R$ 20.160,00). A representante da EJE, Rita Carvalho, informou que numa reunião com a equipe do projeto foi avaliada a possibilidade de suspensão do projeto, em função do cenário incerto, tendendo a desfavorável. Mas que prevaleceu a opinião de realizar nova avaliação do cenário no segundo semestre. Explicou ainda que o escopo original previa a realização de eventos em 3 municípios neste ano, mas que o possível seria atender apenas um, no segundo semestre e, mesmo assim, com redução das atividades previstas. Que o orçamento foi reduzido para garantir apenas o essencial para a execução em 1 Município (diárias de servidores). Mesmo assim, avalia que haverá grande dificuldade de execução, em função das restrições de aglomeração no local, sobrecarga de atividades nas escolas e secretarias de educação, por conta da necessidade de repor conteúdos atrasados etc. A gerente do projeto, Coral, acrescentou que de fato houve uma redução no escopo do projeto, que previa, originalmente, algo com maior envolvimento da comunidade. Assim, neste momento de pandemia, o projeto poderia ser "um novo eleitor do futuro", só que coordenado com o maior número de escolas dentro de um determinado município, porém sem oficinas ou atividades que envolvessem material compartilhado, mas, sem perder integralmente o caráter original do projeto, que seria promover uma mobilização focada no jovem dentro da realidade de uma escola. E sugeriu que se mantivesse o formato para 2022 em função da incerteza do cenário pandêmico. A Diretora-Geral ponderou que além deste, outros projetos estariam sendo impactados de forma semelhante. Por outro lado, por se tratar de um valor reduzido, ele poderia ser facilmente realocado a partir de outras fontes, e com isto não haveria a necessidade imediata de suspensão do projeto.
Prazo: final de março.

Unidade Responsável: Equipe do projeto.

Iniciativa Estratégica: Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ

Deliberação do CGE: Aprovado encerramento do projeto. Aprovada apresentação de novo projeto com escopo ampliado e especificação do orçamento necessário para 2021. Aprovada apresentação de nova ficha.

Observações relevantes: Larissa apresentou o valor solicitado para 2021, e explicou que o patrocinador teria a proposta de alterar o escopo do projeto.

O Secretário da SSG, Fabio Galerani, explicou que a mudança de escopo é uma fato inevitável, visto que o projeto demanda uma intervenção na estrutura do prédio que poderia ser aproveitada para o saneamento de outras pendências antigas. Esclareceu que para a equipe técnica deveria ser aproveitada esta oportunidade para a realização de outras adequações que resolveriam demandas estruturais já existentes, e que o novo escopo seria praticamente um "retrofit" na sede do TRE-RJ. Explicou que em 2021 poderia ser contratada a empresa para elaboração dos projetos, mas que a execução das intervenções necessárias ocorreria em 2023, considerando-se a inviabilidade de execução em 2022, por ser este um ano eleitoral.

A Diretora-Geral manifestou sua preocupação com relação à retirada ou suspensão do projeto no PDE, o que poderia ter como consequência uma perda do controle de sua execução, deixando inclusive de atender às exigências previstas no relatório sobre o tema junto ao Corpo de Bombeiros. Fabio adiantou que o Tribunal terá que se manifestar junto àquele Órgão pedindo dilação de prazo, mas que esta será uma ação fora da iniciativa.

Larissa Biajoli, da SEDINE, sugeriu que o novo projeto poderia ser planejado em duas fases, uma para a contratação das plantas de engenharia e outra para a efetiva de execução das intervenções.

O Secretário da SSG concordou, acrescentando que seria apresentada uma ficha nova com o detalhamento do novo escopo e restrita à contratação dos projetos básicos e executivos (fase 1). Também manifestou concordância no sentido de que uma retirada de um projeto do PDE pode levar a um "relaxamento" nas ações de controle, no que foi acompanhado pela Diretora-Geral, reforçando o papel da SEDINE enquanto unidade responsável por esse acompanhamento mais próximo junto aos patrocinadores e gerentes.

Com relação aos valores solicitados, Fabio Galerani também informou que eles se encontram à disposição da administração, já que a contratação desta primeira fase demandará um valor orçamentário bem menor do que o previsto para o projeto incêndio. O Secretário da SOF esclareceu que já tinha conhecimento desta situação e que o valor será usado para o projeto DATA CENTER, mas que é preciso esperar primeiro a aprovação da LOA, já que não há dotação para investimento definida neste momento.

Prazo: final de março.
Unidade responsável: Equipe do projeto.
Iniciativa Estratégica: Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo do TRE-RJ
Deliberação do CGE: Aprovado prazo para a especificação do valor orçamentário necessário para 2021.
Observações relevantes: Originalmente foi previsto com um orçamento de R$ 800.000,00 para 2021, mas de acordo com o Secretário da SSG, Fabio Galerani, haverá necessidade de rever este valor por conta dos reajustes que vem ocorrendo em materiais como os cabos, por exemplo. Tal especificação será apresentada na próxima reunião, quando o gerente terá finalizado o projeto básico e executivo. Lado outro, entende não haver necessidade de alterar a ficha da iniciativa.
Prazo: final de março.
Unidade responsável: Equipe do projeto.
Iniciativa Estratégica: Implantação da Gestão de Resíduos sólidos no TRE-RJ
Deliberação do CGE: não houve.
Observações relevantes: Larissa informou que não houve orçamento solicitado para 2021, e que, de acordo com o gerente, não haverá orçamento solicitado para 2022. Se houver necessidade de algum gasto, ele será de pequeno valor, facilmente absorvível por verbas de custeio dentro da própria Secretaria.
Prazo: não há
Unidade responsável: não há
Iniciativa Estratégica: Rede Privada Virtual – VPN

Deliberação do CGE: Aprovada a alteração do escopo com a retirada da contratação dos links para o interior e prazo para a especificação do orçamento que será necessário em 2021. Aprovada apresentação de nova ficha.

Observações relevantes: Larissa explicou que o projeto está desmembrado em dois tipos de contratação: links para a capital e links para o interior. Os links da capital já foram contratados, sua instalação estava suspensa, por conta da pandemia, mas segundo a gerência, as atividades podem ser retomadas, e há previsão de encerrar essa etapa ainda neste ano.

Com relação à contratação dos links para o interior, o valor solicitado para 2021 (R$ 372.404,64) não seria utilizado, visto que ainda não encontraram uma solução para fazer a contratação de todo o interior. Em função disso, a proposta seria retirar essa contratação do escopo do projeto até que haja uma definição.

O Secretário da TI, André Sant´anna, acrescentou que, de fato, há o problema da contratação, visto que apenas uma empresa (OI) poderia teria estrutura para atender esta demanda com a abrangência exigida. Isto implicaria numa série de ajustes que teriam que ser feitos, a fim de permitir que outras empresas pudessem participar da licitação. Larissa, pela SEDINE, reforçou que esta seria a maneira correta de atuar, pedindo orçamento apenas quando houver algo, por exemplo, um estudo preliminar ou TR, que dê embasamento para uma estimativa de valores mais precisos para a iniciativa.

André, da STI, esclareceu ainda que essa ateração do escopo não alteraria a contratação de internet móvel (3G/4G) para todo o Estado, que não fariam parte do projeto VPN.

A Diretora-Geral pontou que a equipe técnica poderia analisar a possibilidade de contratar os links do interior por região como é feito, por exemplo, com os contratos de limpeza.

Prazo: final de março.

Responsável: Equipe do projeto.

Iniciativa Estratégica: Implantação do sistema VoiP - Fase 1 - Caju

Deliberação do CGE: Aprovada alteração no escopo e prazo para especificar o orçamento necessário para 2021. Aprovada apresentação de nova ficha.

Observações relevantes: Larissa fez um breve histórico do projeto, ressaltando que não foi pedido um orçamento específico para o projeto em 2021. Explicou que a ideia inicial era fazer um piloto no Caju, usando toda a equipe da casa disponível. Entretanto, após algumas reuniões, com a SSG, inclusive, o gerente concluiu que esta não seria a melhor solução, o ideal seria contratar uma empresa, o que

demandaria um valor orçamentário ainda maior do que o previsto originalmente. Por conta disso, surgiu a proposta de não mais haver uma implantação no Caju, mas em outro local, que demandasse um orçamento menor, a fim de que se conseguisse realizar um projeto piloto ainda este ano. Contudo, ainda não existe uma definição do local e nem do valor aproximado de recursos orçamentários que seriam necessários.

O Secretário da TI, André Sant'anna, explicou que a ideia seria utilizar algum valor disponível no orçamento ordinário de 2021, realizando um projeto-piloto na Rodrigues Alves, aproveitando-se do fato de que já existe um pessoal de TI por lá, com uma rede um pouco mais estruturada. Além disso, haveria a possibilidade de ser feito um teste numa Zona Eleitoral próxima, por exemplo a da Saúde. A partir do sucesso neste piloto, poderia haver uma expansão para um zona em local mais distante, por exemplo, Petrópolis ou Campos, onde a comunicação telefônica é feita por discagem via DDD.

Larissa, pela SEDINE, ponderou que, do ponto de vista do projeto, haveria a necessidade de uma discriminação dos custos envolvidos, tempo a ser demandado, recursos de pessoal, aquisições envolvidas etc., ou seja, um planejamento que pudesse ser transposto para uma ficha, a ser apresentado ao CGE no final de março, a fim de que se pudesse aprovar o orçamento de 2021, para então dar início às ações pertinentes à iniciativa.

André, pela STI, informou que a área técnica está trabalhando neste levantamento de custos inicial.

A Diretora-Geral reiterou que essas mudanças de escopo, tanto neste quanto em outros projetos já apresentados anteriormente, sinaliza uma necessidade de rediscussão dos projetos, em uma próxima reunião do comitê, a fim de que eles possam ter maior efetividade estratégica.

Larissa lembrou que também deve haver a preocupação, mais imediata, do orçamento a ser solicitado para 2022. O Secretário da STI informou que a ideia seria, a partir dos resultados do piloto de 2021, executar o que estivesse disponível em 2022, por meio de sobras orçamentárias, usando registros de preços para contratações e aquisições, se for o caso.

O Secretário da SOF manifestou-se no sentido de reforçar que qualquer projeto, para ser incluído numa proposta orçamentária, já deveria estar maduro em termos de levantamento dos custos envolvidos, para evitar a devolução de valores não executados, melhorando a aderência como um todo. Se não for possível estimar valores para projetos com chances concretas de execução, seria melhor não incluí-los na proposta, deixando a execução efetiva para ser feita com valores disponíveis a partir de sobras orçamentárias, no exercício corrente. A inclusão na proposta deveria sempre refletir um esforço com horizonte real de execução.

Prazo: final de março.

Responsável: Equipe do projeto.

Iniciativa Estratégica: Modernização do Data Center

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa informou que o projeto está aguardando a definição do orçamento (após aprovação da LOA), a fim de que na fase de crédito possa ser feito um remanejamento para atender à demanda de licitação. No momento, segundo o Secretário da SSG, a licitação já está acontecendo, mas falta a definição do recurso para efetuar o pré-empenho.

Prazo: não há.

Responsável: não há.

Iniciativa Estratégica: Limites: Delimitação geográfica das Zonas Eleitorais

Deliberação do CGE: Aprovado o encerramento do projeto, com elaboração do TEP.

Observações relevantes: A Diretora-Geral explicou que o projeto começou como Georeferenciamento, ganhando o nome de Limites após o rezoneamento, mas que o escopo do projeto foi bastante alterado desde a sua origem, e que de fato a Resolução proposta não resolveria um problema crônico, com efeitos concretos sobre a definição da jurisdição das Zonas eleitorais.

A Assessora Especial da Presidência, Soraya Previtalli, manifestou-se para reforçar que a Resolução, nos termos em que foi proposta, possuía algumas lacunas, sendo, portanto, insatisfatória para os fins a que se destinava.

Após debates houve consenso no sentido de encerrar o projeto, sem prejuízo de uma avaliação procedimental no tocante à questão de limitação de zonas eleitorais. Seria o caso de se definir, para casos concretos, quais os critérios que o TRE-RJ adota para resolver conflitos de limites entre zonas, como, por exemplo, dividir uma rua em números pares e números ímpares, critérios para processos, etc. A Diretora-Geral sugeriu que poderia ser criada uma RAD para abarcar tais definições e definir o fluxo desse processo. Soraya sugeriu que para a elaboração da RAD poderia ser constituído um grupo de trabalho multidisciplinar, envolvendo as áreas conhecedoras do assunto. A escolha dos integrantes ficaria a cargo da DG, Corregedoria e quem mais tivesse competência para tal.

O Secretário da SSG, Fabio Galerani, perguntou se a RAD iria conseguir definir o limite geográfico entre as zonas, conforme a demanda que deu origem ao projeto no passado, esclarecendo que a delimitação desses limites é de grande importância para a SSG, para alterações de estrutura imobiliária. A Diretora-Geral explicou que a grande questão, desde o começo do projeto, seria estabelecer um processo padronizado, com critérios e um fluxo de trabalho definido, além da determinação dos responsáveis para resolver as questões relacionadas, de rotina ou incidentais. Nesse sentido, a questão

dos limites estaria mais ligada à gestão do dia a dia das unidades envolvidas, do que a uma ação mais ampla, enquanto projeto.

Além disso, a Diretora-Geral acrescentou que existe uma necessidade real de otimização do rol de projetos estratégicos, deixando somente no PDE o que for impactante para a instituição como um todo. Acrescentou que, por conta do normativo existente sobre os grandes projetos, seria importante avaliar se os projetos em curso podem ser enquadrados de fato como grandes projetos, a fim de conseguir migrar as gerências para os servidores que estão sendo capacitados a atuar como gerentes profissionais, ocupando para isso FCs específicas. Os outros projetos, que não forem considerados estratégicos, também continuarão tendo a sua importância para a instituição, mas serão tratados em outro nível.

Prazo: final de março.

Unidade Responsável: Equipe do projeto.

Iniciativa Estratégica: Implantação do CFTV

Deliberação do CGE: Aprovada a retirada do projeto do PDE.

Observações relevantes: A Diretora-Geral informou que existe um processo em curso para a criação de um grupo de trabalho capaz de elaborar uma proposta para contratação de equipamentos e sistemas que deem conta da questão da segurança, não apenas na Sede, mas nos cartórios também. E ponderou que não considera a questão tratada no atual projeto como estratégica, e sugeriu a retirada deste do PDE.

Prazo: não há.

Unidade Responsável: não há.

Iniciativa Estratégica: SEI! Fase 2

Deliberação do CGE: Aprovado encerramento do projeto, com preenchimento do TEP, e elaboração do projeto SEI! Fase 3. Aprovada apresentação de ficha do novo projeto.

Observações relevantes: Larissa apresentou um resumo das justificativas tanto para o encerramento do Projeto SEI! Fase 2, quanto para a elaboração do Sei! Fase 3. Dentre elas que o TRF4 exigiria que a versão 4 do SEI fosse implantada por uma equipe de projeto.

Explicou ainda que algumas das entregas no Sei! Fase 2 ainda não foram concluídas, e que, para a gerência, não seria produtivo manter o SEI! fase 2 com entregas pendentes e ao mesmo tempo iniciar o SEI! Fase 3, sugerindo o encerramento do o projeto SEI! Fase 2, e a migração das entregas pendentes e não concluídas para o SEI! Fase 3.

A Diretora-Geral concordou com a proposta, mas ponderou que conversará com o patrocinador, quando este retornar de férias, para entender melhor as exigências do convênio a ser celebrado com o TRF4.

Prazo: final de março.

Unidade responsável: equipe do projeto.

Iniciativa Estratégica: Dimensionamento da Força de Trabalho das unidades do TRE-RJ

Deliberação do CGE: Aprovado o encerramento do projeto. Aprovada abertura do projeto DFT - Fase 2. Aprovada apresentação de ficha.

Observações relevantes: Larissa informou que a proposta da SGP seria encerrar o projeto, considerando-o como uma primeira fase, abrindo um novo projeto, que seria a fase 2, de implantação efetiva.

A Secretária da SGP, Renata Geronimi, explicou que o projeto dependia de um levantamento de dados, em especial nas Zonas Eleitorais, que ficou prejudicado por conta do período eleitoral e do cenário pandêmico. Além disso, o contrato com a UnB foi encerrado, o que deixou a responsabilidade de condução das próximas etapas com o TSE e TREs, agora sem o suporte daquela Universidade.

Informou ainda que o TRE-RJ participará do núcleo de estudos que o TSE está constituindo sobre o tema e que em março o TSE promoverá uma reunião que trará maiores definições sobre o DFT e, consequentemente, sobre o futuro do projeto.

Larissa perguntou se haveria uma dependência desta reunião com o TSE para dimensionar o escopo da Fase 2. Renata respondeu que para um cronograma mínimo seria prudente esperar o resultado desta primeira reunião, a fim de ter maiores subsídios. Larissa então sugeriu que se desse um prazo de um mês, após a reunião com o TSE, para a apresentação de uma ficha do novo projeto, o que foi acolhido pelo Comitê.

Prazo: 1 mês após a reunião com o TSE.

Unidade responsável: Equipe do projeto.

Iniciativa Estratégica: Cadastramento Biométrico dos Eleitores do Estado do Rio de Janeiro – Ciclo 2020/2022
Deliberação do CGE: Aprovada a suspensão do projeto.
Observações relevantes:. A Diretora-Geral esclareceu que, por conta da pandemia, a biometria está suspensa pelo TSE. E que, por conta disso, não foi possível reestruturar o projeto. Pontuou também que o convênio com o Detran-RJ para aproveitamento de dados já está expirado e não há uma sinalização clara de quando o cadastramento será retomado. Sugeriu a suspensão do projeto, não o seu encerramento, visto que a meta para 2022, inclusive, será revista pelo TSE. Adicionalmente, a Diretora-Geral também informou que, em função da suspensão do projeto, o atual gerente deste acumularia a gestão de outros projetos integrantes do PDE, dentro da filosofia de profissionalização dos gerentes ocupantes das FCs alocadas para os grandes projetos.
Prazo: não há.
Unidade responsável: não há.
Iniciativa Estratégica: Implementação da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
Deliberação do CGE: Aprovada a apresentação de ficha.
Observações relevantes: A Diretora-Geral manifestou a sua preocupação com a crescente complexidade do projeto, impactada também pela Resolução do CNJ sobre a matéria. Por conta disso, entende que a equipe do projeto precisa crescer, pois a atual equipe não está dando conta de todas as demandas, algumas de gestão e outras mais técnicas.
Prazo: final de março.
Responsável: Equipe do projeto.
[PROPOSTA DE] Iniciativa Estratégica: Atualização da Infraestrutura de Banco de Dados
Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa apresentou um quadro com informações básicas sobre uma proposta de projeto que foi encaminhada para a SEDINE, com orçamento expressivo e grande impacto para o Tribunal, inclusive sobre temas como LGPD, segurança da informação, dentre outros. O Secretário da STI, André Sant´anna, explicou que se trata de uma modernização do banco de dados, melhorando a disponibilidade e integração com o futuro Data Center, tanto nos aspectos físicos quanto lógicos. Na verdade, o projeto ainda se encontra numa fase embrionária, dado o número de opções (7) disponíveis para análise de viabilidade em termos de execução. Havendo cenário favorável, poderia ser incluído na proposta orçamentária de 2023. Considerando-se a LGPD como um dos temas de tratamento prioritário, por conta da legislação recente, a Diretora-Geral solicitou ao Secretário de TI que, dentro desta ou de outras propostas de soluções de TI, tentasse vislumbrar junto à área técnica o que poderia ser incluído na proposta orçamentária já para 2022, de modo a garantir espaço orçamentário em caso de necessidade.
Prazo: não há.
Responsável: não há.

Larissa reiterou a informação, já enviada por email às unidades, sobre a disponibilidade de 2 (duas) vagas para um curso de Gerenciamento de Projetos no Setor Público. Acrescentou que o objetivo não seria formar apenas gerentes de projetos estratégicos, mas formar servidores que pudessem contribuir com suas unidades, como gerentes de projetos tático-operacionais. Os nomes das pessoas indicadas deveriam ser enviados por email para a CPLAN/SEDINE.

Ficou agendada a próxima reunião do CGE para o dia 4 de março, em horário a definir.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021

SUZANA MARTINS RAMOS PINTO

COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Documento assinado eletronicamente em 20/03/2021, às 11:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ENEIDA SALAZAR DE MOURA

ASSESSOR(A) JURÍDICO(A) DA DIRETORIA GERAL

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 09:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ALAN DE FREITAS ROSETTI

ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 10:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

JOSE TARCISIO DE OLIVEIRA REIS

COORDENADOR(A) DE ORÇAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 10:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 11:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

FERNANDO JOSE DA FONSECA

SECRETÁRIO(A) DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 11:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DIEGO FERREIRA GUEDES

ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 11:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ELIZABETH SILVA VIANA

SECRETÁRIO(A) DE AUDITORIA INTERNA

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 11:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ALDENIR ACIMEN DE MORAES

CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS EM SUBSTITUIÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 12:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANDRE DOS SANTOS SANT ANNA

SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 12:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA

DIRETOR(A)-GERAL

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 13:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

JOSE ALVARO MANHAES WAGNER

SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 15:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

SORAYA PREVITALI MORISSON

ASSESSOR(A) ESPECIAL

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 15:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

FABIO GALERANI RODRIGUES ALVES

SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 15:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TATIANA DE FREITAS KAGOHARA

OFICIAL DE GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 17:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANA LUIZA CLARO DA SILVA

SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIA

Documento assinado eletronicamente em 22/03/2021, às 17:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RITA DE CASSIA DE CARVALHO E SILVA MARQUES DE ABREU

ASSESSOR I

Documento assinado eletronicamente em 23/03/2021, às 12:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

LUCIANA DE ANDRADE LIMA HAZIN LAMEGO

ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 23/03/2021, às 13:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MARCIA DE MORAES LOPES

ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO(A) DA DIRETORIA GERAL

Documento assinado eletronicamente em 23/03/2021, às 17:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

Lei 11.419/2006.

VIVIAN MARIA NOGUEIRA BACELAR

CHEFE DA OUVIDORIA ELEITORAL

Documento assinado eletronicamente em 23/03/2021, às 18:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RENATA MOTTA GERONIMI

SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DE PESSOAS

Documento assinado eletronicamente em 28/03/2021, às 19:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RITA DE CASSIA DE SOUZA BRITO

ASSISTENTE III

Documento assinado eletronicamente em 05/04/2021, às 11:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PAULA BASS LESSA

SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 05/04/2021, às 12:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

VIVIAN DE SA REIS

ASSISTENTE III DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Documento assinado eletronicamente em 05/04/2021, às 14:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MAURICIO DA SILVA DUARTE

COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Documento assinado eletronicamente em 05/04/2021, às 15:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANDRE LUIZ TRINDADE ROCHA

ANALISTA JUDICIÁRIO

Documento assinado eletronicamente em 06/04/2021, às 10:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CORAL HERCULANO AMIM

OFICIAL DE GABINETE

Documento assinado eletronicamente em 08/04/2021, às 18:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador